



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

LEONARDO SIQUEIRA DA SILVA

**CONTABILIDADE GERENCIAL:
IMPORTÂNCIA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**Assis - SP
2014**

LEONARDO SIQUEIRA DA SILVA

**CONTABILIDADE GERENCIAL:
IMPORTÂNCIA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado
ao curso Bacharelado em Administração
do
Instituto Municipal de Ensino Superior de
Assis – IMESA e Fundação Educacional
do Município de Assis – FEMA, como
requisito parcial à obtenção do Certificado
de Conclusão.

Orientando: Leonardo Siqueira da Silva
Orientador: Marcelo Manfio

Assis - SP

2014

SILVA, Leonardo Siqueira da
Contabilidade Gerencial: Importância para as micro e pequenas
empresas.

Leonardo Siqueira da Silva

FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis – Assis, 2014

35 p.

Orientador: Marcelo Manfio

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino
Superior de Assis.

1. Contabilidade. 2. Gerencial. 3. Micro e pequenas empresas

CDD: 658.1511

Biblioteca da FEMA.



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

LEONARDO SIQUEIRA DA SILVA

**CONTABILIDADE GERENCIAL:
IMPORTÂNCIA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado
ao curso Bacharelado em Administração
do
Instituto Municipal de Ensino Superior de
Assis – IMESA e Fundação Educacional
do Município de Assis – FEMA, como
requisito parcial à obtenção do Certificado
de Conclusão.

ORIENTADOR: Marcelo Manfio

ANALISADOR: Jairo da Silva

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ter me dado força e sabedoria para essa incrível jornada, aos meus pais que nunca me deixaram desistir de qualquer sonho, a meu irmão que sempre foi um exemplo de superação e garra, aos meus amigos que sempre me apoiaram, a minha namorada Camila que sempre me auxiliou em tudo, meu orientador Prof.^a Marcelo Manfio, que acreditou e me tranqüilizou nos momentos mais críticos do trabalho e em especial à memória da minha avó, Santina Scala, de onde quer que esteja está muito orgulhosa de seu neto e torcendo a cada vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado nessa jornada.

Agradeço ao meu orientador Prof^o Marcelo Manfio que com seu conhecimento me ajudou na realização deste trabalho.

Agradeço também aos meus pais que sempre me apoiaram e me ensinaram a lutar pelo que queremos.

A meus amigos, antigos e novos que criei nessa incrível jornada.

Enfim a todos que contribuíram de alguma forma para realização desse trabalho.

Agora sim posso dizer que sou Administrador.

“Qualquer um pode começar, mais só os ousados terminarão”.

Napoleon Hill

RESUMO

A importância das micro e pequenas empresas na economia do país é algo surpreendente, pois elas representam noventa e oito por cento do total de empresas existentes no Brasil e uma alta taxa de empregabilidade. Mas pesquisas mostram um alto índice de mortalidade nos primeiros anos de vida, isso ocorre por falta de conhecimento na área de contabilidade, gestão, controle e planejamento. Buscando escapar desse imenso perigo que assombra esses tipos de empresa é que surge a importância do profissional contábil e da contabilidade gerencial. Qualquer organização seja ela de pequeno ou grande porte sem a contabilidade é uma empresa sem história, isto é, sem passado, presente e o mais importante, o futuro. Mas por cultura ou falta de conhecimento por parte dos gestores a contabilidade é reconhecida apenas como uma aliada a fiscalização, utilizada apenas para calcular impostos e taxas obrigatórias, se esquecendo da mais importante função que a contabilidade pode fornecer aos seus usuários, que é a análise do patrimônio para poder solucionar os problemas existentes dentro de qualquer organização. Com o auxílio de um profissional contábil é que os gestores descobrem o que realmente tem em mãos e as dificuldades encontradas, para assim formular um planejamento estratégico visando extinguir com as dificuldades encontradas. Com um bom planejamento estratégico como aliado e um profissional contábil, o índice de falência irá cair e assim evitar a descontinuidade de muitas micro e pequenas empresas que são tão importantes para a economia e o crescimento do país.

Palavras-chave: Micro e pequena empresa; Profissional Contábil; Contabilidade Gerencial; Planejamento Estratégico.

ABSTRACT

The importance of micro and small enterprises in the economy is somewhat surprising, since they represent ninety-eight per cent of existing companies in Brazil and a high employment rate. But surveys show a high rate of mortality in the first years of life, this occurs due to lack of knowledge in accounting, management, planning and control. Seeking escape this immense danger that haunts these types of company is that comes the importance of professional accounting and management accounting. Any organization whether small or large without accounting is a company with no history, that is, without a past, present and most importantly, the future. But by culture or lack of knowledge by managers accounting is recognized only as an ally to surveillance only used to compute taxes and fees, forgetting the most important role that accounting can provide to its users, and that the analysis of equity in order to solve the existing problems within any organization. With the help of a professional accounting is that managers discover what really has on hand and the difficulties encountered, thus formulating a strategic plan aiming to extinguish the difficulties encountered. With a good ally and strategic planning as an accounting professional, the failure rate will drop and thus avoid the discontinuity of many micro and small businesses that are so important to the economy and the country's growth.

Keywords: Micro and small enterprises; Professional Accounting; Managerial Accounting; Strategic Planning.

LISTA DE QUADROS

TABELA 1 – Classificação Micros e Pequenas Empresas segundo o numero de empregados.....	24
TABELA 2 – Classificação das micro e pequenas empresas segundo o faturamento bruto anual.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

SEBRAE – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

IRPJ – Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONTABILIDADE	11
2.1. CONTABILIDADE GERENCIAL.....	13
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	16
4. O PROFISSIONAL CONTÁBIL	18
4.1. MERCADO DE TRABALHO.....	19
4.2. ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	20
5. MICRO E PEQUENA EMPRESA	22
5.1. IMPORTÂNCIA E NUMEROS SOBRE AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS	25
5.2. TAXA DE MORTALIDADE	26
5.3. SIMPLES NACIONAL E SEUS BENEFÍCIOS	28
6. MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI	31
7. CONCLUSÃO	33
FONTES	34
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas são de suma importância para a economia brasileira, isso é inquestionável. Mas algumas delas acabam fechando em pouco tempo por falta de informação, planejamento, e é claro, controle.

O motivo na maioria das vezes elas não sabem direito em que tipo de mercado está entrando, se o produto vai ser lucrativo, se vai corresponder as demandas de mercado e se realmente vai atingir seu público alvo. Justamente por falta desses conhecimentos básicos sobre pequenos negócios, os empresários saem do mercado e prejudicam muitas pessoas envolvidas com a empresa, como fornecedores não pagos, funcionários demitidos por falta de disponibilidades no caixa ou até pela descontinuidade da empresa.

Uma empresa deve ter um planejamento estratégico, mas em muitas empresas isso não ocorre, e quando há planejamento, esse plano não é executado. Nesse ponto é que destaca o papel do profissional Contábil, que é o responsável por analisar, planejar e executar o planejamento da organização.

Como existe a ausência de apoio de um profissional contábil para as organizações, fica quase que impossível ao empresário fazer um plano de metas, calcular custos, lucros, e fazer previsões para o futuro da empresa, impossibilidade que pode ocasionar em uma série de dificuldades para a empresa, até mesmo na saída do mercado.

O trabalho feito com competência e profissionalismo, que visa todas as metas cumpridas, minimizando erros, termina em algo satisfatório profissionalmente para quem o fez, e amistoso para quem o recebe, garantindo assim um melhor índice de empresas que conseguem manter seu plano de trabalho sob controle.

Todas as empresas deveriam ter o apoio de um profissional contábil e todo empresário deveria ter conhecimento básico sobre a contabilidade. Esse conhecimento ajudaria a tomar decisões concretas que evitaria a descontinuidade de pequenas empresas, na qual são importantíssimas para a economia no Brasil.

2. CONTABILIDADE

A história da contabilidade é tão antiga quanto a civilização, cerca de 2000 anos Antes de Cristo, ela surgiu empiricamente pela necessidade social do homem antigo de proteger suas posses e interpretar os fatos ocorridos; na época ocorriam muitas trocas de objetos por alimentos e vice-versa.

Com o surgimento do comércio a base de trocas, a contabilidade ficou mais em evidência, pois os proprietários de bens na época tinham a necessidade de saber o que realmente possuíam, sejam animais, objetos de valor e o preço de troca que tais produtos valiam.

Mas foi com os autores Leonardo Fibonacci e o monge Luca Pacioli, que foram os principais divulgadores do método das Partidas Dobradas, que é o sistema padrão usados em todas as entidades até os dias de hoje para registrar transações financeiras, que encerrou a fase empírica da contabilidade, a partir do século XV.

Mas a ciência contábil só foi reconhecida no início de século XIX, com o intuito de fornecer aos empresários o máximo número de informações sobre seu patrimônio, ou seja, a real situação da empresa.

A contabilidade é uma ferramenta indispensável na gestão de uma organização, utilizada mesmo a 2.000 anos Antes de Cristo. Mas por cultura ou falta de conhecimento, a contabilidade é conhecida por muitos empresários como uma aliada ao fisco, isto é, é usada apenas para calcular taxas e impostos. Muitos empresários enxergam como uma burocracia não vendo nela nenhum ganho, sendo considerada apenas uma despesa a mais ou nos piores dos casos, como um desperdício.

MARION (2005, p.27) afirma que, “a ciência contábil é o instrumento que fornece o Maximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”. A contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das organizações, que é o conjunto de bens, direitos e obrigações ligados a mesma.

A sua finalidade é assegurar o controle do patrimônio administrado e fornecer informações sobre a composição do mesmo e as suas variações, bem como o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pela organização para alcançar seus objetivos.

Existem duas funções básicas na contabilidade, uma é a administrativa que é o controle do patrimônio e a outra é a econômica que nada mais é que a apuração do resultado para a tomada de decisões a seus usuários.

Existem diversos usuários tais como:

- Sócios, acionistas, proprietários;
- Diretores, administradores, executivos;
- Instituições financeiras;
- Empregados;
- Sindicatos e associações;
- Institutos de pesquisa;
- Fornecedores;
- Clientes;
- Órgãos governamentais;
- Fisco.

Para a contabilidade atingir sua finalidade e fornecer informações importantes a seus usuários, ela utiliza de várias técnicas como:

- Escrituração: é o registro de todos os fatos que ocorrem no patrimônio;
- Demonstrações financeiras: são demonstrativos expositivos dos fatos ocorridos num determinado período.

Exemplos:

Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstração do Fluxo de Caixa;

Demonstração do Valor Adicionado. No ano de 2007, foi publicado a Lei n. 11.638/07, onde estabelece profundas modificações na forma de contabilização e evidenciação dos fatos contábeis das sociedades de grande porte, fazendo – as convergir para os padrões internacionais de contabilidade.

- Auditoria: é o exame e a verificação da exatidão ou não dos procedimentos contábeis realizados;

- Análise das Demonstrações Financeiras: analisa e interpreta as demonstrações financeiras.

Concluí – se que a visão da contabilidade esta mudando e a sua nova função é fornecer dados e números relacionados a tudo que se passa na organização e informar os gestores, seu maior objetivo é fornecer informações a respeito do patrimônio da organização para que os gestores possam tomar decisões que levam a entidade a maximizar seus resultados.

Com esse intuito de auxiliar os administradores na tomada de decisões importantes é que surge a Contabilidade Gerencial como sendo uma ferramenta muito importante para esse processo, que será exposto no capítulo a seguir.

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade como foi vista é tão antiga, cerca de 2000 anos Antes de Cristo, surgiu para proteger, interpretar e analisar o seu patrimônio, mas de acordo com o tempo houve outras necessidades a serem analisadas, sendo assim surge a Contabilidade Gerencial, que se firmou com a revolução industrial e que culminou com a padronização da atividade contábil.

Após a Revolução Industrial, com o aumento dos negócios houve a necessidade de se calcular os valores dos processos de conversão da matéria-prima em novos produtos, com isso surgiu a preocupação em verificar se os resultados dessas operações eram positivos (lucros) ou negativos (prejuízos).

Ludícibus diferencia a contabilidade gerencial como:

[...] um enfoque especial conferido às várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise de balanços, etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório (1998, p. 21).

Porém, a definição de Anthony (1972) é mais resumida, mas não menos significativa, caracterizando a contabilidade gerencial como sendo aquela destinada a prover informações úteis para a administração.

Anthony e Govindarajan (2001) destacam que a contabilidade gerencial tem várias divisões, dentre elas destacam:

- Contabilidade de custo: é a responsável pelo custeio de produtos e serviços para fins de avaliação de estoques, da precificação e da lucratividade dos produtos.
- Controle gerencial: é responsável pelo controle e medição das operações das entidades.

A partir do momento que as operações contábeis nas organizações tornam – se em grande número, surge a necessidade de se possuir uma contabilidade voltada aos interesses internos de uma organização, visando atender as necessidades dos empresários para que esses tomem decisões importantes que podem acarretar na evolução ou não da empresa.

Para SILVÉRIO e VICECONTI (2000,p.8), a contabilidade gerencial tem por objetivo fornecer informações extraídas dos dados contábeis, que ajudem o administrativo das empresas no processo de tomada de decisões.

É grande o numero de empresas que estão em busca este diferencial, pois vem investindo em informações estratégicas para as tomadas de decisões serem seguras e eficazes para as empresas. Contabilidade gerencial é a base para as tomadas de decisões e cabe ao contabilista elaborar essas informações e divulgá-las. Os contabilistas não devem se limitar apenas em apurar impostos das empresas, pois em alguns casos de hoje, a contabilidade é vista como uma conta a mais a pagar, e com isso os empresários deixam de usufruir para não ter que pagar por ela, onde acabam deixando a empresa sem uma contabilidade gerencial correta e sem informação para tomada de decisões.

Sendo assim, os profissionais de contabilidade devem contribuir com todas as ferramentas disponíveis na contabilidade para auxiliar as micros e pequenas empresas para que possam tomar decisões através de informações e ferramentas gerenciais para preservar as entidades, pois essas informações apontam o desempenho econômico das entidades.

Todas as informações necessárias para uma análise econômica de uma entidade necessita de dados confiáveis, neste caso a contabilidade gerencial surge como um processo de produzir informações financeiras e operacionais para seus usuários. Esse processo deve ser direcionado para suprir as necessidades de informações

internas à organização, e deve guiar todas as decisões operacionais e de investimentos.

Algumas características principais da contabilidade gerencial são:

- Seus usuários são pessoas dentro da organização, ou seja, funcionários, gerentes e executivos;
- Ela tem o objetivo de informar para tomada de decisões internas feitas por empregados, gestores e executivos;
- Sua temporalidade é corrente, isto é, ela é totalmente direcionada para o futuro;
- É realizada sem regra alguma, pois é um sistema de informações internas determinadas por gestores para encontro de necessidades estratégicas e operacionais;
- Seus tipos de informação são: financeiras, medidas operacionais e físicas sobre processos, tecnologias, fornecedores, clientes, preço de venda e de custo, e a tendência de seu produto no mercado.

Contabilidade gerencial nada mais é que uma contabilidade interna, ou seja, feita dentro da empresa que serve para o controle e planejamento, a mesma tem como objetivo identificar, analisar e mensurar as informações sobre a situação financeira da empresa, auxiliando no processo de gestão.

Observa-se que a contabilidade gerencial pode ser considerada como uma ferramenta muito importante para os gestores de uma organização, que a partir de sua análise pode-se realizar um planejamento estratégico para tentar achar a melhor solução dos problemas encontrados por ela.

Portanto, conclui – se que a empresa apoiada por uma contabilidade gerencial, e um planejamento estratégico, mostra para o empresário que estará com ferramentas que o tornam capacitado para uma boa gestão, onde as tomadas de decisões são tarefas do dia-a-dia, e tem que ser tratadas com grande importância para não influenciar nos resultados futuros da empresa.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A formulação estratégica tem a ver com a criatividade, como a empresa deve interagir com uma realidade complexa para obter vantagens sobre os demais competidores.

A estratégia nasce de um conjunto de experiências e conhecimentos dos próprios estrategistas, a mesma tem a ver com aprendizagem em toda a organização que consiste em ter os recursos humanos atentos com conhecimento e experiência acumulada de modo que possa aproveitar as oportunidades, aperfeiçoar as forças, minimizar as fraquezas e as ameaças.

A importância da formulação de estratégias esta na estabilidade que proporciona a empresa, estabelecendo rumos, objetivos entre as unidades de negocio e os seus componentes para que atinjam as metas estipuladas.

A esse respeito, Porter e Montgomery informam que “a estratégia impõe estabilidade a organização” (1998, p. 429).

O planejamento estratégico é um processo gerencial que tem em vista atingir determinados objetivos a curto, médio e longo prazo num ambiente altamente competitivo e dinâmico. Faz-se necessário a participação das lideranças e uma visão generalizada da empresa em relação aos ambientes em que atua.

O planejamento estratégico deve ser realizado em etapas. Sua primeira etapa começa na identificação das condições atuais, externas e internas da organização. Essa análise tem como objetivo avaliar os recursos disponíveis internamente na empresa, além das possibilidades disponíveis no mercado.

A análise da situação atual pode ser dividida em duas partes, a análise do ambiente externo e análise interna.

Maximiano (2006) diz que a análise do externo é um dos pilares do planejamento estratégico. Quanto mais competitivo, instável e complexo o ambiente, maior a necessidade de analisá-lo.

Esta definição é verdadeira assim que assumimos as organizações como sistemas abertos, ou seja, conjunto de partes interdependentes entre si, que sofrem influência do meio externo.

A análise do ambiente externo compreenderá a identificação dos fatores ambientais que influenciam o desempenho da organização.

Segundo Maximiano (2006) define análise interna como a identificação de pontos fortes e fracos dentro da organização anda em paralelo com a análise do ambiente.

O estudo dos pontos fortes e fracos da organização citados por Maximiano são realizados através da análise das áreas funcionais de uma organização, como por exemplo, a área de produção, marketing, recursos humanos, etc., e a comparação do desempenho destas áreas com empresas de destaque no mercado.

Através dessa comparação, a organização pode observar em outras organizações as melhores práticas para cada uma das áreas funcionais, adaptando seus procedimentos de acordo com a conduta destas organizações que servem como exemplo.

Após toda essa análise é hora de definir seus objetivos, que nada mais são os resultados que a organização pretende realizar, ou seja, deve-se identificar aonde a organização quer chegar. O planejamento será realizado a partir da definição destes objetivos.

De uma maneira geral, o planejamento estratégico procura responder a três questões básicas:

1. Porque a organização existe?
2. O que e como ela faz?
3. Aonde ela quer chegar?

Neste capítulo verificou-se que a estruturação e o andamento eficaz e eficiente do Planejamento se devem ao suporte necessário de uma contabilidade gerencial bem executada, isto é, deve ser muito bem analisado as condições da empresa para qualquer decisão dentro da mesma, tudo observada pela visão de um profissional capacitado e com conhecimentos de contabilidade. Sendo assim, o profissional contábil destaca no mercado de trabalho, pois pode reunir inúmeros conhecimentos que pode auxiliar as entidades tanto na contabilidade gerencial como no planejamento estratégico das organizações.

4. PROFISSIONAL CONTÁBIL

São inúmeras as possibilidades de atuação do profissional contábil, pois seus serviços são indispensáveis no funcionamento de qualquer empresa mantendo uma visão geral do ambiente na entidade, tanto contábil como financeiro, utilizando todos os métodos e recursos tecnológicos para o registro das transações.

O Contabilista é responsável pela geração das informações necessárias do planejamento e do controle que se agrega valor ao processo de gestão organizacional e pela elaboração das demonstrações e pelos estudos dos elementos que compõem o patrimônio das organizações

Através do estudo do patrimônio, o profissional contábil sugere as decisões a serem tomadas que podem solucionar problemas organizacionais, devem estar sempre atualizados com as leis que regem o patrimônio das pessoas jurídicas, que são as empresas, bem como as datas e prazos das obrigações fiscais e interpretar corretamente os dados coletados para adotar os procedimentos necessários para o crescimento da empresa.

SILVA (2000, p.26) diz que o mercado atual requer modernidade, criatividade, novas tecnologias, novos conhecimentos e mudanças urgentes na visão através dos paradigmas, impondo, com isso, um desafio: o de continuar competindo.

O contabilista necessita focar situações estratégicas para que possa estar preparado para ser um gerente de informações. É bastante comum às empresas consultarem os profissionais contábeis para que eles possam ajudar na composição de seus custos, para formação seu preço de venda, análise de ponto de equilíbrio, análises do balanço e outras situações gerenciais. Mas, preocupado em atender as inúmeras exigências principais e acessórias do governo, o contabilista às vezes não dispõe de tempo para situações que demandam análises estratégicas, o que o tornaria, um gestor de informações.

O profissional contábil deve estar preparado para a participação nas tomadas de decisões da empresa visando identificar e corrigir as dificuldades que irão surgindo ao longo de seu caminho.

O contabilista precisa mudar a sua postura diante da organização e passar de uma ação passiva para uma ação pró-ativa que nesse sentido, IUDÍCIBUS (1991: 7) diz:

“Para seu benefício profissional e como cidadão, o Contador deve manter-se atualizado não apenas com as novidades de sua profissão, mas de forma mais ampla, interessar-se pelos assuntos econômicos, sociais e políticos que tanto influem no cenário em que se desenrola a profissão.”

O contabilista entra numa nova era que é mais atualizada, mais dinâmica, mais inovadora e mais exigente, e cabem aos mesmos a responsabilidade de maximização na utilização das informações contábeis e todo o trabalho de procurar atender aos diferentes usuários desta informação. Não pode deixar que a Contabilidade seja apenas um retrato histórico da situação passada da entidade. Conclui-se que o contabilista deve exercer sua profissão com ética e muita responsabilidade para que possa desenvolver uma consciência voltada para atender as responsabilidades com a sociedade e claro, com a empresa para qual trabalha. Somente com desempenhos adequados na responsabilidade ética, moral e social é que, o contabilista poderá se desenvolver para que seja o responsável pela alimentação das informações que os usuários tomam como base e parâmetro para tomarem suas decisões de investimento ou gestão.

4.1. MERCADO DE TRABALHO

Depois de formado, o contabilista pode atuar em diferentes áreas entre elas estão:

- Contabilidade pública: que é quando se controla as finanças públicas de uma cidade ou país.
- Contabilidade fiscal: é quando o contabilista fica responsável pelo planejamento tributário da empresa.
- Contabilidade de custo: o contabilista fornece informações sobre preços de mercado.
- Contabilidade gerencial: esta contabilidade é voltada para o controle dos recursos econômicos da empresa, É uma área de grande expansão no mercado de trabalho para os profissionais de contabilidade.
- Auditor: uma definição de maneira bem simplificada, é que o contabilista examina documentos contábeis para checar se a contabilidade da empresa esta em ordem.

Observa – se que o mercado de trabalho para o contabilista é bastante amplo, pois toda empresa necessita de um contabilista e para os profissionais mais experientes

surge a possibilidade de prestarem serviços de consultoria, tanto, financeira, tributaria ou também consultoria gerencial, através de seus escritórios de contabilidade e consultorias de várias áreas relacionadas.

De acordo com o conselho regional de contabilidade do estado de São Paulo (CRC-SP), das mais de 17 mil empresas contábeis existentes no país, 25% delas estão em São Paulo.

Portanto, o mercado de trabalho do contabilista possibilita inúmeras atividades, desde a abertura de empresas contábeis, ou mesmo a especialização de diversas áreas que se apresenta a seguir.

4.2. AREAS DE ATUAÇÃO

Dentre as inúmeras possibilidades de atuação do profissional contábil, destacam-se algumas que foram julgadas mais relevantes nos mercado de trabalho.

O contabilista pode atuar nas seguintes atividades:

- Empregado de pessoas jurídicas, trabalhando no departamento fiscal, pessoal ou de escrituração contábil;
- Auditor externo, interno e independente;
- Consultor na elaboração das demonstrações contábeis, como proprietário ou sócio de escritório contábil, realizando consultoria tributaria, societária, de custos e finanças;
- Perito contábil e demais atividades que envolvem o patrimônio das jurídicas como funcionário público, atuando como agente fiscal de tributos federal, estadual e municipal;
- Analista de contabilidade;
- Assessor na prestação de serviços;
- Professor de cursos de ciências contábeis e técnicos em contabilidade;
- Assistências aos conselhos fiscais de sociedades anônimas as quais podem pertencer;
- Escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios,
- Organização e execução de serviços de contabilidade em geral, etc.

Concluí – se que, existem inúmeras possibilidades de atuação profissional, com tanta possibilidade, contadores estão se especializando em diversas áreas, e se

transformando em especialistas e trabalhando como consultores empresariais, ou mesmo funcionários especialistas na área. Outra possibilidade promissora no mercado de hoje, é a consultoria que vise atender as necessidades de planejamento e controle das micro e pequenas empresas, que são de extrema importância para o desenvolvimento econômico do país.

5. MICRO E PEQUENA EMPRESA

As micro e pequenas empresas são no Brasil em número maior que as empresas de grande porte, por isso ocupam um espaço de destaque na economia do país e classificam de acordo com legislação específica, como será exposto mais adiante. Existem diversas definições de micro e pequena empresa, segundo Chér (1991 p. 17) “existem muitos parâmetros para definir as pequenas e médias empresas, muitas vezes dentro de um mesmo país, como no Brasil”.

Entretanto a definição mais comum e mais utilizada é de acordo com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que é a Lei 123/2006:

“... consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas...”

A lei acima foi aprovada em dezembro de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi reivindicada por vários setores econômicos do País. Com o começo da Lei Complementar nº 123/06 foi seguida a determinação constitucional, possibilitando, desta forma, facilidade no acesso aos mercados das micro e pequenas empresas, essa lei regulariza e amplia, em boa parte dos casos, as vantagens da maioria das mesmas.

A lei geral da micro e pequena empresa abrangem as três esferas do poder público, ou seja, os Municípios, os Estados e a União. Essa afirmação significa que todas as suas disposições serão aplicadas no âmbito da federação, das unidades da federação e dos municípios, trazendo muito mais eficácia na arrecadação dos tributos, através de sua unificação e resultados muito mais concretos e efetivos para os pequenos negócios, que passarão a ser regidos por um sistema legal uniforme, numa espécie de consolidação de todo o conjunto de obrigações em um único sistema.

A lei Nº123/2006 é também conhecida como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, e apresenta alguns benefícios e facilidades exclusivas a elas, como por exemplo, estas empresas:

[...] farão a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas independentemente de documento fiscal de venda ou prestação de serviço, ou escrituração simplificada das receitas, conforme instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

[...] microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária. Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor. (BRASIL, 2006).

Segundo os Incisos I e II do Artigo 3º da Lei 123/2006, os empresários devem observar os seguintes limites de receita bruta para fins de enquadramento:

- Microempresa aquela que possui seu faturamento de receita bruta anual de no máximo R\$ 240.000,00 (Inciso I);
- Empresa de pequeno porte aquela cuja sua receita bruta anual tem de ser entre R\$ 240.000,00 a 2.400.000,00 (Inciso II).

Segundo Chér (1991 p.17), para se conceituar pequenas e médias empresas, algumas variáveis são tradicionalmente utilizadas, tais como mão de obra empregada, capital registrado, faturamento, quantidade produzida, etc.

Com o intuito de classificar micro e pequenas empresas, o SEBRAE – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas empresas apresentam classificações com base no número de empregados e com base no faturamento.

Conforme a classificação baseada no número de empregados, temos:

Quadro 1 – Classificação das Micros e Pequenas Empresas segundo o número de empregados.

Porte/Setor	Indústria	Comercio e Prestadores de Servicos
Microempresas	Até 19 Funcionários	Até 9 Funcionários
Empresas de Pequeno Porte	De 20 a 99 Funcionários	De 10 a 49 Funcionários

FONTE: SEBRAE-SP

Segundo esse estudo feito, o SEBRAE define como microempresa, aquela que emprega no caso de empresas comerciais e de prestadoras de serviços até 9 pessoas, ou 19 colaboradores em empresas do setor industrial. Ainda com o serviço do SEBRAE está a classificação das pequenas empresas que empregam de 10 a 49 pessoas no caso de comércio e prestação de serviço e de 20 a 99 pessoas no caso de empresa do setor industrial.

Segundo a classificação com base no faturamento, temos:

Quadro 2 – Classificação das Micro e Pequenas Empresas segundo o faturamento bruto anual.

Porte	Simples Nacional	Exportações
Micro empresas	Até R\$ 240 mil	Até US\$ 200 mil para empresas comerciais e prestadoras de serviços, e até US\$ 400 mil nas empresas industriais.
Empresas de Pequeno Porte	Acima de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões	Acima de US\$ 200 mil até US\$ 1,5 milhão para organizações comerciais e prestadoras de serviços; Acima de US\$ 400 mil até US\$ 3,5 milhões nas organizações industriais.

FONTE: SEBRAE-SP

Segundo esta classificação baseada no faturamento:

- São micro empresas as que pertencem ao Simples Nacional e que possuem o faturamento anual bruto de até R\$ 240.000;
- São micro empresas comerciais e prestadoras de serviços aquelas que realizam exportações com faturamento bruto anual de até US\$ 200.000 e as indústrias que realizam exportações com faturamento anual acima de US\$ 400.000 mil.

- São empresas de pequeno porte, as empresas de comércio que realizam exportações com faturamento bruto anual de R\$ 240.000 até R\$ 2,4 milhões.
- São empresas de pequeno porte, as empresas comerciais e prestadoras de serviços aquelas que realizam exportações com faturamento bruto anual acima de US\$ 200.000 até US\$ 1,5 milhão indústrias que realizam exportações com faturamento bruto acima de US\$ 400.000 ou US\$ 3,5 milhões.

Alem disso existem outras classificações para micro e pequenas empresas com base em outros critérios:

- Os legisladores podem excluir as pequenas empresas de certas regulamentações definidas em lei;
- Uma empresa pode ser considerada como “pequena” quando comparada com empresas maiores, mas também considerada “grande” quando comparada com empresas menores.

Um fator característico e importante desse tipo de empresa é que a gestão é muitas vezes realizada pelo seu dirigente principal, que é o proprietário. Por esse motivo estas são empresas familiares, onde seus empregados são membros de uma única família e que na maioria das vezes não tem acesso a técnicas recentes de administração e gestão de negócios.

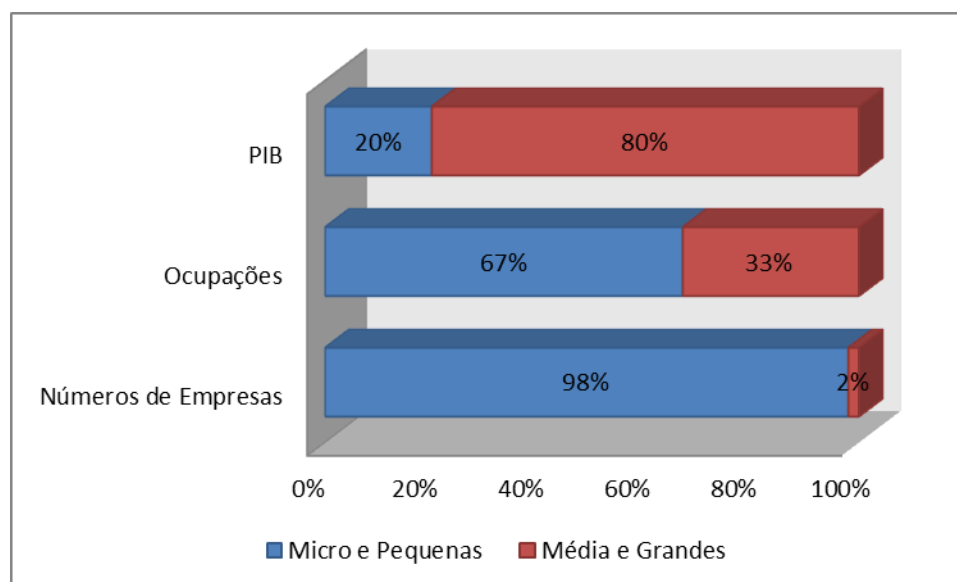
Portanto pode-se concluir que após o estudo da Lei Nº 123/2006 para o Governo Federal o faturamento bruto mensal de uma microempresa e as empresas de pequeno porte pode ser de R\$20.000,00 e podem ter até R\$240.000,00 de faturamento bruto anual.

5.1. IMPORTÂNCIA E NUMEROS SOBRE AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

As empresas de grande porte empregam em massa, mas não são tantas quanto às micro e pequenas empresas, por isso elas são consideradas as responsáveis pelo crescimento econômico do país.

Segundo um estudo realizado pelo SEBRAE sobre a importância das micro e pequenas empresas concluiu que as micro e pequenas empresas representam 98% das empresas existentes no Brasil, 67% das ocupações e tem uma contribuição de 20% no Produto Interno Bruto – PIB – do Brasil como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – As Micro e Pequenas Empresas na economia.



Fonte: SEBRAE

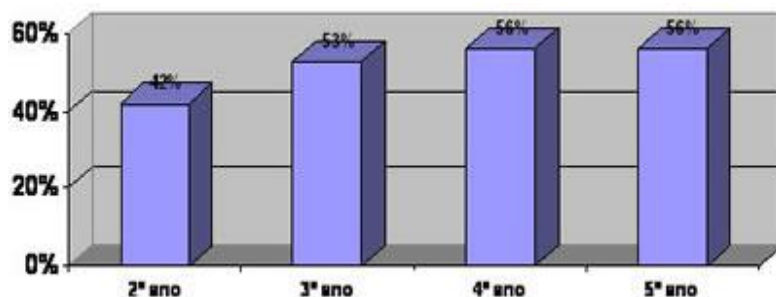
Conclui-se que as micro e pequenas empresas tem uma grande importância na economia do Brasil, pois os dados acima mostra que ela também é grande geradora de empregos.

No entanto, uma característica marcante destas empresas é que em sua maioria quem administra é o proprietário, e na maioria dos casos o dono não tem apoio de um profissional contábil prejudicando a administração e o controle da organização, fatores que levam à maioria destas empresas a descontinuidade.

5.2. TAXA DE MORTALIDADE

O gráfico abaixo mostra o resultado de um estudo realizado pelo SEBRAE sobre a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas abertas no ano de 2004 a 2005.

Gráfico 2 – Taxa de Mortalidade



Fonte: SEBRAE

O SEBRAE concluiu que das empresas paulista, 29% delas fecham em seu 1º ano de atividade e 56% não completaram o 5º ano de vida.

Apesar da sua importância na economia citada anteriormente, a maioria das micro e pequenas empresas não conseguem sobreviver a um ambiente econômico em que estão inseridos sem um planejamento estratégico eficaz e eficiente realizado por um profissional contábil atualizado na área.

Outro fator que contribui para a mortalidade das pequenas empresas é que os proprietários na maioria das vezes não utilizam a contabilidade gerencial como ferramenta de gestão na empresa. Isso ocorre pela escassez de recursos financeiros ou até mesmo a falta de conhecimento para contratar assessoria específica resultando num dos fatores que contribuem para sua mortalidade.

Para Raza (2008, p.16): “A falta de informações é o grande vilão nas pequenas empresas”.

Outro fato de destaque no Brasil são os muitos impostos e taxas que as micro e pequenas empresas estão obrigados a pagar ao governo durante sua vida econômica. A constituição Federal em seu artigo 179 já determinava tratamento diferenciado a micro e pequena empresa com o intuito de simplificar os processos e as obrigações próprias às pessoas jurídicas:

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícia ou pela eliminação ou redução desta por meio de lei.” (BRASIL, 1988)

Por isso que o governo criou a Lei Nº123/2006, com o intuito de simplificar e ajudar as micro e pequenas nos processos tributários.

5.3. SIMPLES NACIONAL E SEUS BENEFÍCIOS

Os artigos 12 e 13 da Lei Complementar n 123/2006, que é o Super Simples ou Simples Nacional é um sistema único de tributação e arrecadação de alguns impostos sendo estes seis federais, um estadual, um municipal e a contribuição para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical.

Os tributos abrangidos pela sistemática do Sistema Nacional foram escritos abaixo:

Art. 12. Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/PASEP, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simples e beneficiário previsto na Lei Nº 123/2006, aplicável às micro e pequenas empresas.

A organização que escolher se inscrever no Simples Nacional terá muitos benefícios como a tributação com alíquotas mais favorecidas e progressivas, de acordo com a

receita bruta. Terá também um recolhimento unificado e centralizado de impostos e contribuições federais, com a utilização de uma única guia de arrecadação (DAS), podendo, até mesmo, incluir impostos estaduais e municipais quando existirem convênios firmados com essa finalidade. E tem também como benefício à dispensa da obrigatoriedade de escrituração comercial para fins fiscais, desde que mantenha em boa ordem e guarda, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações, os Livros Caixa e Registro de Inventário, e todos os demais documentos que servem de base para a escrituração.

Com tudo a dispensa da escrituração contábil é simplesmente de caráter fiscal e não acaba com a exigência dada pela legislação comercial. Somente a escrituração contábil faz prova no judiciário em caso de desacordo entre os sócios, de pedido de recuperação judicial, nos casos de falência etc.

Se por um lado a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa trouxeram mais facilidade e simplicidade na apuração e recolhimento e também maior facilidade no cumprimento das obrigações, por outro lado leva a maioria dos micro e pequenos empresários a descartar a contabilidade como ferramenta auxiliar no cotidiano da organização. Entretanto, é importante deixar claro que mesmo que de acordo com Lei Nº 10.406 estas empresas estejam dispensadas de escrituração contábil completa para fins fiscais, a lei não as dispensa das obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária conforme.

O Conselho Regional de Contabilidade – CRC - alterou a Resolução Nº 1.115/07 aprovando a NBC T 19.13 que trata sobre a escrituração contábil simplificada para a micro e pequena empresa. Esta norma estabelece critérios e procedimentos para a escrituração contábil, e obriga essas empresas a manterem escrituração contábil uniforme.

Segundo Raza (2008, p.17) “o empreendedor deve tornar a sua contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões e coerentes com seu negócio”. Conclui-se, que o governo incentiva as micro e pequenas empresas, portanto todas devem utilizar a contabilidade como ferramenta e um profissional contábil como aliado, com isso a porcentagem de mortalidade da organização irá diminuir e as decisões serão adotadas sob um novo ponto de vista, dando mais segurança e possibilidades de sucesso. Nesse ponto, a contabilidade passa a ocupar a posição de ferramenta de auxílio ao microempresário e deixa de se prender apenas as normas e regulamentos fiscais para uma posição de apoio gerencial.

6. MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Micro empreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um micro empreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular, podendo economizar no pagamento de impostos e garantir ao mesmo tempo acesso a benefícios como auxílio-doença, licença-maternidade e aposentadoria.

Em vigor desde 1º de janeiro de 2009, a LC nº. 128/2008 instituiu a figura do MEI a partir de 1º de julho de 2009, trazendo benefícios, desburocratização, agilidade e simplicidade no processo de legalização e formalização para os trabalhadores que atuavam na informalidade.

De acordo com art. 966, da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil – CC considera-se empresário:

“Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. “Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.”

Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 37,20 (comércio ou indústria), R\$ 41,20 (prestação de serviços) ou R\$ 42,20 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo.

Um dos grandes desafios do Brasil é proporcionar aos trabalhadores informais a oportunidade de tornar seu trabalho formal, através de baixo custo e o mínimo de burocracia possível. O Empreendedor Individual é aquele que trabalha por conta

própria, fazendo da sua profissão um negócio.

O governo instituiu o MEI para ajudar aqueles trabalhadores que atuavam na informalidade e não conseguiam avistar uma maneira de legalizar seus negócios, devido à complexidade, o controle, além da carga tributária exigida para as empresas tributadas normalmente. Através de um grande empenho do governo e das entidades de classe, que buscaram divulgar os benefícios trazidos pela LC nº. 128/2008, que estas informações chegaram a estes trabalhadores que aos poucos estão buscando maneiras de formalizar seus negócios, atingindo um número cada vez maior de trabalhadores formalizados.

7. CONCLUSÃO

Ao final deste período de pesquisas podemos perceber que as micro e pequenas empresas são de suma importância para a economia brasileira por ser responsável por 20% do Produto Interno Bruto do país e também representar 98% das empresas existentes, além disso, por possuir uma alta taxa de empregabilidade. Mas algumas delas acabam fechando imaturamente por falta de informação, planejamento, e é claro, controle gerencial.

O motivo é que na maioria das vezes elas não sabem direito em que tipo de mercado está entrando, se o produto vai ser lucrativo, se vai corresponder as demandas de mercado e se realmente vai atingir seu público alvo. Outro motivo importante para a descontinuidade é a falta de um profissional contábil cuja função em alguns casos é de realizar uma contabilidade gerencial, que nada mais é que o fornecimento de informações importantes para que os gestores possam criar novas metas e rumos a seguir a fim de mudar o quadro da organização. Justamente por falta desses conhecimentos básicos é que ocorre a extinção de muitas delas do mercado.

Uma empresa deve ter um planejamento estratégico, pois a partir dele são criadas novas metas para suprir as dificuldades existentes dentro da organização, mas muitas vezes esse plano não é executado. Nesse ponto é que entra o papel do profissional Contábil, que é o responsável por analisar, planejar e executar o planejamento da organização.

Com a ausência de um profissional contábil fica quase que impossível ao empresário fazer um plano de metas, calcularem custos, lucros, e fazer previsões para o futuro da empresa, ocasionando a saída da empresa do mercado.

Portanto todas as empresas deveriam ter um profissional contábil e realizar uma contabilidade gerencial para o auxílio da mesma e também todo empresário deveria ter conhecimento básico sobre gestão e contabilidade. Esse conhecimento básico e com o auxílio de um profissional contábil evitaria a descontinuidade de muitas micro e pequenas empresas.

FONTES

Artigo eletrônico disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm

Artigo eletrônico disponível em:

<http://www.curricular.com.br/artigos/empresas/planejamento-estrategico.aspx>

Artigo eletrônico disponível em:

<HTTP://www.aplicms.com.br/contabilidade1.htm>

Artigo eletrônico disponível em:

VASCONCELOS. Charlyton. Origem da Contabilidade Gerencial. Disponível em:

<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/origem-da-contabilidade-gerencial/27745/>

Artigo eletrônico disponível em:

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>

Artigo eletrônico disponível em:

<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2735/as-micro-e-pequenas-empresas-como-propulsoras-do-desenvolvimento-economico-e-social>

Artigo eletrônico disponível em:

<http://antigo.sp.sebrae.com.br/Principal/Conhecendo%20a%20MPE/>

Artigo eletrônico disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm

Artigo eletrônico disponível em:

<http://www.webartigos.com/articles/15734/1/A-Influencia-da-Micro-e-Pequena-Empresa-no-Desenvolvimento-Economico-do-Brasil/pagina1.html> por Sérgio Gabriel;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005

ANTHONY, R. N. Contabilidade gerencial: introdução à contabilidade. São Paulo: Atlas, 1972.

ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. Sistemas de controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2001

IUDICIBUS, S. de. Teoria da Contabilidade. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Contabilidade gerencial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998

SILVA, Tania Moura. Currículo Flexível: Evolução e Competência. Artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade do CFC, edição Ano XXIX – No. 121 – Janeiro/Fevereiro 2000 – páginas 23 a 27.

CHÉR, Rogério. A gerencia das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las, 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Maltese, 1991.

RAZA, Cláudio. Informações contábeis: o cliente não sabe pedir e o escritório contábil, na sua grande maioria, não está preparado para fornecer. Boletim CRC SP, São Paulo, n.166, p.16-17, maio 2008.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras. 9 ed. São Paulo: Frase, 2000.

PORTER, Michael E.; MONTGOMERY, Cynthia A. Estratégia: a busca da vantagem competitiva. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.